



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Procuradoria Geral do Estado - PGE

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL – SEDAM**, inscrita no CNPJ/MF nº 63.752.604/0001-04, com sede na Av. Farquar, nº 2986, Pedrinhas, Edifício Rio Cautário, Curvo 2 - 2º andar, Palácio Rio Madeira, Porto Velho/RO, neste ato representada pelo Secretário, o **(NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE)**.

CONTRATADA: A empresa **(NOME DA EMPRESA)**, inscrita no CNPJ/MF nº (NÚMERO DO CNPJ) com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), neste ato representado pelo Sr (a) **(NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)**, conforme documento de id. (ID. DO DOCUMENTO).

Resolvem celebrar o CONTRATO DE (DESCRIÇÃO DO SERVIÇO), mediante (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, vinculando-se aos termos do Processo Eletrônico nº (NÚMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO), ao Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA), a Proposta da Contratada (ID. DA PROPOSTA DA EMPRESA) e o que mais constar nos autos do processo, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO:

1.1. **Aquisição de materiais e insumos para recuperação de nascentes em microbacias no estado de Rondônia**, visando atender as necessidades básicas desta **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM**, conforme especificações detalhadas no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA)

2. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS E QUANTIDADES:

2.1. O detalhamento das especificações técnicas e quantitativas do objeto serão de acordo com o item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA).

3. DO LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO:

3.1. Os bens deverão ser entregues nos locais, prazo e condições estabelecidas no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA).

4. DA GARANTIA TÉCNICA:

4.1. O Contratado deve fornecer garantia e assistência técnica na forma disciplinada no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA).

5. DA VIGÊNCIA:

5.1. Fica aquela estabelecida no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA), a qual foi devidamente aprovada pelo ordenador de despesa do órgão requerente (ID. DA APROVAÇÃO).

6. DO VALOR E PAGAMENTO:

6.1. Ficam aqueles estabelecidos no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA), os quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, já estando nele incluídos todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas para o fornecimento do objeto, sejam impostos, taxas, encargos fiscais e comerciais, contribuições previdenciárias, trabalhistas, fundiárias.

6.2. As formas e condições de pagamento estão descritas no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA).

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas com a prestação de que trata o objeto deste Contrato serão aquelas estabelecidas no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da CONTRATANTE também se inclui o disposto no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA).

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da CONTRATADA também se inclui o disposto no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA).

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTA:

10.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no artigo 87, I, II e IV da Lei nº 8.666/93 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no item X do Termo de Referência (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA), caso presente alguma das situações ali previstas.

11. DO REAJUSTE, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

11.1. Ficam aquelas estabelecidas no item X do (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

12.1. Ficam aquelas estabelecidas no item X do (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO, DA CESSÃO E DA TRANSFERÊNCIA:

13.1. Ficam aquelas estabelecidas no item X do (ID. DO TERMO DE REFERÊNCIA), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

14. DAS CONDIÇÕES DE RESCISÃO:

14.1. Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste instrumento, a rescisão do contrato, seja administrativa ou amigável, será efetuada de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666, de 1993 e demais ordenamentos jurídicos.

15. DOS CASOS OMISSOS:

15.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo, os chamados casos omissos, que estes serão dirimidos por meio de aplicação da legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666/93, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

16. DO FORO:

16.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia,

que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

17. DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO:

17.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

17.2. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

18. DA PUBLICAÇÃO:

18.1. Após as assinaturas deste Contrato, a Procuradoria Geral do Estado providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado, no prazo legal, sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias.

18.2. Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente TERMO DE CONTRATO, que depois de lido e achado conforme é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0020.013996/2023-80

SEI nº 0042963393